



RELAMI

Rede Ecumênica

Latino-Americana de Missiologia@s

HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS SOBRE O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA SOCIAL E DA CULTURA

de Yara Maria Aun Khoury

Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP e Coordenadora do Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Fo. – CEDIC, PUC/SP

Diante de um tempo de transformações radicais nos viveres rurais e urbanos contemporâneos, que se engendram em processos de globalização, vemos emergirem e se multiplicarem estudos sobre a cultura e suas raízes sociais, em várias dimensões, numa perspectiva de se refletir sobre os rumos dessas transformações e sobre o lugar que diferentes sujeitos ocupam nesses processos.

Entre nós, trabalhar nessa perspectiva, tem significado apreender modos como esses processos se configuram na vida cotidiana de pessoas comuns vivendo no campo, quanto na cidade, desestabilizando e ameaçando modos de ser, de viver, de trabalhar, expressos em costumes e tradições, herdados e reelaborados. Tem significado, ao mesmo tempo, buscar apreender como essas pessoas, por meio dos elementos de sua própria cultura, se constituem e se refazem como sujeitos sociais, nesses processos.

Nesse sentido, a história oral tem representado uma metodologia significativa, na busca de compreender incorporar modos como esses sujeitos vivem e interpretam suas vidas e o mundo a sua volta.

O presente texto procura refletir sobre dimensões do uso da história oral no âmbito das reflexões acima expostas, a partir de pesquisas que vimos realizando sobre o Movimento dos Sem-Terra (MST), pensando e trabalhando esse Movimento como uma experiência social vivida e construída por homens e mulheres, tanto no campo, quanto na cidade.

Se o trabalho com história oral nos convida a fazer reflexões metodológicas em várias direções, escolhemos aqui fazer algumas considerações sobre elementos subjacentes à relação do pesquisador com seus entrevistados, ao produzir os registros orais e no uso que faz das narrativas. Buscamos refletir sobre modos de trabalhar com a subjetividade dessas narrativas, observando sua historicidade e a natureza dinâmica do próprio diálogo, com vistas a apreender nelas possibilidades, horizontes, limites e ambigüidades que são vividos por muitos, na realidade social.

Essas narrativas resultam de um processo de interlocução entre duas pessoas com bagagens culturais e trajetórias históricas diferentes, que ocupam posições diferentes no Movimento e que isso influi tanto na produção, quanto na análise e no uso das entrevistas. Portanto para melhor compreendermos os esses significados profundos dos enredos construídos pelos narradores, devemos ter presente sua própria historicidade.

Tomamos como referência o trabalho de Dulcinéia Pavan, *Marias Sem-Terras- Trajetórias e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão, SP-1985-1996*, (História, PUC-SP, 1998), no uso da história oral, como lida com a natureza dialógica da entrevista; como referenciais teóricos e políticos que orientam o trabalho da pesquisadora se entretecem com as falas dos entrevistados, dando uma certa

configuração aos resultados alcançados. A partir desse trabalho, podemos também visualizar possíveis desdobramentos da própria pesquisa sobre a temática.

Pavan, formada em Serviço Social, militante do MST, no exercício de uma coordenação de relações externas do Movimento, realizou seu Mestrado em História, na PUC/SP, interessada em refletir sobre a situação e a prática das mulheres no mesmo. Escolheu, para isso, o Movimento em Promissão, pelo fato de o MST, nessa região, apresentar uma realidade bastante recorrente em todo o estado de São Paulo: constituiu-se em torno de famílias oriundas do trabalho assalariado rural, ou provenientes de cidades maiores, mas tendo uma trajetória anterior de trabalho no campo.

A pesquisadora, vendo as mulheres como membros ativos no Movimento, assinala que, apesar disso, sua invisibilidade ainda persiste no MST. Conferindo um significado político as suas práticas, busca compreender e explicar como essas mulheres, na sua invisibilidade, se situam no movimento, contribuem na sua construção e se fazem com ele.

Partindo de suas próprias indagações sobre problemáticas atuais vividas pelo Movimento, Pavan explora questões que emergem da conversa com essas mulheres, numa relação com a observação direta do campo de estudo e realizando consulta a documentos variados, da administração pública, do próprio movimento, jornais, fotografias, etc..

Algumas questões vão se impondo, no desenrolar de suas reflexões: como essas mulheres se articulam, se relacionam e se constituem no Movimento? Como constroem o seu lugar na relação com os homens, que ainda exercem hegemonia no mesmo? Como elas próprias se vêem nesse processo e encaram a problemática das mulheres no seu interior e na realidade mais ampla?

No caso específico de Promissão, as entrevistas são produzidas quando os sem-terra já vivem uma situação de assentamento, trazendo para eles novos problemas e desafios, nos quais as mulheres desempenham um papel significativo. Lembrando que as narrativas são fruto da interlocução da pesquisadora com essas mulheres, e que as interlocutoras têm bagagens culturais e trajetórias históricas diferentes e ocupam posições diferentes no Movimento, como a pesquisadora procede?

Considerando que a experiências destas poucas indicam horizontes e limites vividos por muitas mulheres, em meio ao complexo feixe de forças sociais no qual o Movimento se constitui na região, centraliza seu estudo em torno da interlocução com nove assentadas em Promissão.

Dispondo-se a trabalhar a complexidade e ambigüidades da realidade social, seleciona mulheres que vivem situações distintas entre si, no seu dia-a-dia: quatro são sócias da cooperativa, três sempre trabalharam em lotes individuais e duas já fizeram parte da cooperativa e, hoje, estão em lotes individuais. Algumas viveram o processo de ocupação e acampamento, enquanto outras vieram a se integrar já na fase do assentamento.

Ao apresentar suas nove entrevistadas Pavan informa: **Maria das Graças** decidiu ir para a ocupação por sugestão de um cunhado que participava da organização do Movimento na região; foi sócia fundadora da COPAJOTA, mas desligou-se dela. **Maria de Lourdes** é uma das líderes do assentamento, sendo uma espécie de relações públicas do MST com a Igreja Católica do estado de São Paulo; é sócia da cooperativa. **Maria Inês** fazia parte, com o marido, do grupo de apoio do MST que formou na comunidade onde moravam, em Campinas; também desligou-se da cooperativa, da qual foi uma das principais incentivadoras, no início. **Maria José** tinha 14 anos quando a família decidiu ir para a ocupação; na ocasião da entrevista trabalhava no escritório da cooperativa, da qual é sócia; sua família faz parte do grupo preparado pelo MST na região de Rio Claro. **Maria Rodrigues** faz parte do grupo IV que, de início, apoiava o MST e, mais tarde, decidiu ocupar uma terra; atualmente é sócia da cooperativa e faz parte da coordenação estadual e da nacional do Movimento. **Cleusa** é "individual", ou seja, não faz parte da cooperativa; possui um lote individual, mas é do grupo do MST que se preparou na região de Rio Claro. **Conceição** decidiu, com o marido, ir para o assentamento depois que este já estava estruturado; é "individual", nunca fez parte da cooperativa. **Dulcinéia (Dulce)** foi para a ocupação com a família, casou-se no acampamento e é sócia da

cooperativa. **Gessy** trabalhava, junto com o marido e filhos, como bóia-fria em Rio Claro. Faziam parte do grupo que estava sendo preparado pelo MST na região. É "individual", não quis participar da cooperativa.

Vindas de pequenas propriedades, trabalhando como meeiras ou assalariadas, com passagens, ou não, pela cidade, relatam suas vidas até o acampamento como de migração e muito sofrimento. Nos enredos construídos, onde se cruzam e se imbricam dimensões presentes, passadas e perspectivas futuras, nuances nas interpretações revelam costumes, valores, sonhos e temores que as reúnem que as diferenciam.

Atenta aos modos como essas mulheres chegaram ao MST, Pavan observa, na maioria, um comportamento subalterno em relação à família. Passivas e acomodadas, vieram a se integrar ao Movimento por vontade e decisão de pais ou maridos. Algumas, tendo acompanhado, inicialmente, submissas e silenciosas, o caminho dos familiares, ao viverem a experiência do MST, vão descobrindo e firmando sua própria vontade, enquanto outras ainda se sujeitam. Por vezes essa acomodação ressurgiu, alimentada por desilusões vividas na atualidade.

Outras manifestaram, desde o início, uma vontade própria ao decidirem, elas mesmas, aderir ao Movimento, contrariando resistências e temores de maridos e companheiros. Ousando transgredir normas, integraram-se à luta pela ocupação, sonhando ter um pedaço de terra. Nesse processo, enfrentaram seus próprios medos e incertezas, arriscando-se em relação aos perigos que se delineavam tanto no horizonte, familiar, quanto na realidade mais ampla, que foram se tornando mais explícitos, desde que a presença do MST passou a incomodar e a provocar reações de proprietários, da polícia, da Justiça, de outras instituições governamentais, e mesmo de setores da população. Tendo vivido essa experiência, sentem-se, hoje, gratificadas com os ganhos por terem ousado arriscar. Mesmo dizendo que, se tivessem sabido antes dos perigos que teriam que enfrentar, não acreditam que teriam tido a coragem de fazer essa escolha, afirmam que estar na terra representa, para elas, não mais passar necessidades e ter condições de poder prover o futuro da família e dos filhos.

Uma fala de Nazareth, assentada no Pontal do Paranapanema, (epígrafe ao primeiro capítulo do trabalho) expressa bem esse sentimento:

"Meu marido - quando a gente entramos aqui, que nós veio fazer integração - meu marido fracassou um pouco, ele fraquejou. Na hora dos ataques, ele falou assim: não, aqui não é lugar pra nós. Nós tá fazendo um trabalho, vamos voltá pra gente contribui também na cidade, tem muitas pessoa lá. Eu falei: não, a gente já tá aqui e a gente veio pra fazer esse trabalho e a gente vai até o fim. Até hoje ele fala que se não fosse eu, como mulher, que ele não estaria aqui".

Nas narrativas atuais, a ocupação ou o assentamento representaram a oportunidade de parar de migrar em busca da sobrevivência. Mesmo tendo que se sujeitar a certas mudanças de local, durante a ocupação e o acampamento, a perspectiva já era outra e as mulheres participaram ativamente desse processo.

Tanto as mais submissas, quanto as mais ousadas, segundo Pavan, ao viverem o MST, passam a opinar tanto na reorganização da vida da comunidade, quanto na vida em família; construindo seus espaços, definindo práticas e reivindicando direitos vão se firmando nesse processo.

Uma passagem da narrativa de M. da Graça é sugestiva nesse sentido:

"...pra mim foi uma coisa muito grande porque eu jamais eu sabia, eu ia viver um assentamento se não viesse pra ele. Muita coisa eu passei a saber, a ter direito, a saber dos direito que eu tinha, porque na cidade a gente vive no escuro, seu negócio é cuidar de sua casa e trabalhar(...)que nem nois, depois que viemos pra cá, comecei a saber tanta coisa boa...sobre os direitos que a gente tem, os direitos que a mulher tem, sobre os direitos humanos, muita coisa."

M. das Graças está no Movimento desde a ocupação, foi sócia fundadora da COPAJOTA, mas hoje está desligada da cooperativa.

Pavan comenta mais amplamente as relações conflituosas entre homens e mulheres, mostrando como tornam ainda mais complicado o processo de mudança, não só pelas reações masculinas, mas porque permeiam toda a relação familiar. Assinala, ainda, a tendência das mulheres a quase sempre evitar o conflito para preservar as relações afetivas. Na fala de Maria Rodrigues, mostra a consciência que essas mulheres têm do peso de suas responsabilidades no lar e no trabalho, reivindicando, a partir daí direitos no próprio Movimento:

"Se nós vamos trabalhar, nós precisa de estrutura, meios pra dar condições de trabalho. Se vão trabalhar, certamente, se tem criança, precisa de creche. Então isso já modifica, né, pros homens, precisou de creche, tem que ter uma organização que abranja isso".

No momento em que são entrevistadas, essas mulheres fazem referência "à tranquilidade" da vida assentada. O assentamento possibilita um novo modo de vida, que se distingue daquele vivenciado nas cidades ou nas fazendas e pequenas propriedades rurais, devido à natureza das novas relações sociais, na qual vai se modificando o papel de homens, mulheres, jovens e crianças. Mas isso não exclui, de todo, tensões que persistem na relação entre homens e mulheres e quanto as formas de organização dos sem-terra.

M. Inês fez parte do grupo de apoio ao MST, em Campinas, foi uma das principais incentivadoras da cooperativa, mas também se desligou. Sua narrativa dá largos indícios de sua mudança na experiência como sem-terra:

"...aqui as casas são muito pequenas, muito simples. Você acha que eu vou ficar tirando pó de barraco ao invés de cuidar de uma horta? Não vou mesmo! Deixo juntar pó aí. Eu sei que eu ganho muito mais, além de ser uma coisa assim que eu gosto, eu sinto que faz bem pra mim.(...)você sente um ar assim de liberdade, porque você tem um trabalho a mais, assim pra fazer.(...) Agora eu vou ficar só dentro de casa, limpando casa aí pra ficar bonitinho e meu próprio marido acha que aquilo não vale nada?"

Se as mulheres vão se firmando ao longo do processo de ocupação e acampamento, na situação de assentamento vivem novos desafios, enquanto mulheres, que se expressam em demandas de novas formas de organização social dos sem-terra, de novas formas de trabalhar, de viver em família, de organizar a sobrevivência. Isso vai se configurando em desestabilizações e desestruturas de hábitos, valores, sentimentos, comportamentos, sonhos e projetos, criando novas incertezas, novos receios, novos conflitos, levando a escolhas e decisões alternativas entre si.

Ao longo das experiências de acampamento e de assentamento dos sem-terra, uma das práticas que se firma de modo significativo é a horta coletiva, da qual as mulheres são as maiores empreendedoras. Da horta desdobraram-se outras práticas que se tornaram as bases da organização da produção no assentamento. Em Promissão, a horta facilitou a criação de uma cooperativa, a COPAJOTA. As mulheres têm, hoje, consciência de sua importância nesse processo e Dulce expressa essa consciência:

"Pra falar a verdade aqui na cooperativa - hoje eu tava falando na roça hoje, inclusive eu falei na roça, se as mulheres hoje falá: nós vai fazer uma greve, a cooperativa pára, porque quem tá levando o barco é as mulheres (...) porque pra tocá assim o barco, que é a horta hoje que tá dando mais dinheiro, é as mulher. (...) os homens, um tá no caminhão, outro tá no setor de máquina, então esses serviço pequeno assim, que nem trator, essas coisa assim, fica mais pros homens. Agora as mulher tão mais no brutal, né. Então quem tá levando mais a cooperativa pra frente é as mulher. Aí, se as mulher falar hoje: nós não vamos trabalhar mais, aí o negócio vai rodar, porque eu acho que o negócio acaba realmente, porque é as mulher que tá levando o barco pra frente, viu."

Estudos sobre o MST, artigos de jornais, depoimentos de militantes, pronunciamentos de autoridades revelam-nos que a distribuição de terras, quando conquistam o direito de serem assentados, é um processo tenso e conflituoso, envolvendo diferentes objetivos e perspectivas de instituições governamentais, como o INCRA, a Polícia, a Justiça, interesses e perspectivas diversificados de proprietários de terras, assim como dos próprios sem-terra. Essas tensões e conflitos permeiam essa realidade, sobre a qual, Pavan reflete.

Caminhando na luta, vários trabalhadores expressam a satisfação quando começam a aparecer os resultados das primeiras colheitas. A sensação de fartura é gratificante, como expressa dona Hilda, assentada em Itapeva, (epígrafe ao segundo capítulos do trabalho),:

"Quando foi a primeira colheita, era caminhão, mais caminhão de feijão que estava dentro do barracão! Coisa mais rica, mais linda de você ver fartura dentro de casa! O milho foi pouco e foi dividido, tocou 26 sacos para cada família."

Se essa fala expressa contentamento pelo sonho realizado, chama, também a atenção para uma outra dimensão. No MST os trabalhadores lutam por uma terra como meio de realização de um sonho que reúne muitas dimensões, desde a solução imediata da fome, até a garantia de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais mais amplos. A fala de dona Hilda expressa a primeira ao dizer:

"Eu levei pra dentro da minha casa 26 sacos de milho, não sei pra que! Porque eu não vendi! Eu não queria vender...eu queria deitar a cabeça naqueles sacos e ver que não precisava vender. Eu não precisava de dinheiro, eu só queria fartura!"

Organizados em movimento, esses trabalhadores vão criando condições de produzir e, até mesmo, de gozar da felicidade de ter fartura, em contraposição ao sofrimento de passar fome e necessidades. Por outro lado, esses trabalhadores, enquanto Movimento enfrentam o desafio da pouca valorização da pequena propriedade no campo, a falta de financiamento para a produção rural, problemas de colocação de seus produtos, de maneira competitiva, no mercado. Tudo isso expressa maneiras como formas capitalistas em expansão no campo e na cidade pressionam modos de viver desses trabalhadores, configurando-se, muitas vezes, em reações de descrédito e desânimo em relação aos resultados alcançados frente ao investimento pessoal de cada um e os riscos enfrentados. Nesse processo, formas de organização propostas no interior do Movimento, como estratégicas para a sobrevivência, também tensionam entre si, gerando conflitos entre os trabalhadores e deles com outras forças sociais e políticas, levando-nos a formular uma indagação ampla e propícia ao desenvolvimento de vários estudos: quais as razões mais profundas desses conflitos, como se engendram na realidade social, como o próprio Movimento lida com eles? Para nós, que estamos preocupados com os modos de ser e de viver das pessoas os novos desafios que se colocam para os sem-terra, subvertendo costumes, tradições, projetos, crenças e expectativas, modos de vida, enfim, estimulam-nos a continuar refletindo sobre relações e tensões entre explicações muito racionais e funcionais sobre o Movimento e outras aspirações, expectativas, visões de mundo, valores, que emergem, sobrevivem e se realimentam, no próprio movimento.

Observamos em pronunciamentos, debates e documentos do MST uma inquietação com uma organização mais planejada da vida do assentamento, do movimento como um todo e da prática política dos sem-terra, apoiada em alguns referenciais e noções, como: *capitalismo, desemprego estrutural, centralismo, militarismo, reforma agrária, socialismo, luta de classes, organização coletiva e individual, grau de consciência social e política* tidos como dados. Essas noções e referenciais também se reproduzem nas falas dos sem-terra, homens e mulheres, sem que possamos apreender, com mais cuidado, os significados que assumem nas formas como cada um argumenta. Sentimos, no entanto, que muitos dos conflitos se alimentam

nessas noções e valeria a pena avançar nessa sondagem, sobretudo quando notamos, nas falas, que alguns sem-terra que alguns sem-terra se dispõem a encarar os novos desafios do assentamento, incorporando novos valores, perspectivas e práticas que se impõem nesse processo, enquanto outros permanecem mais ligados a valores e expectativas forjadas .em experiências passadas, buscando realimentá-los. Como se situam essas diferentes perspectivas no MST? Como explicá-las? Como a pesquisadora lida com elas?

Ao buscar enfrentar essas questões no estudo da experiências do MST em Promissão, Pavan nos abre pistas para refletirmos centrando sua observação no que chama de "dimensões individual e coletiva da vida dessas mulheres", como exemplos expressivos de possibilidades colocadas no social para muitos.

Trazendo à tona a tensão vivida em torno das práticas de organização coletiva da produção como estratégia básica do MST nos assentamentos, a pesquisadora refere-se ao intenso processo de discussão, entre os sem-terra, sobre as vantagens e desvantagens de uma ou outra forma de produção: um proposto pelo governo, por meio do INCRA, aceito pelas famílias do MST que não concordaram com o trabalho coletivo, e outro, proposto pelo MST, de trabalho coletivo, nas várias formas associativas que caracterizam a cooperação agrícola. Pavan assinala tratar-se de dois projetos com fundamentação ideológica diferenciada que influenciam de maneira decisiva o cotidiano dos assentados, porque implica na organização não apenas do trabalho, mas da vida do grupo e da família e nos papéis que as mulheres passam a desempenhar na propriedade rural.

Cita um documento do Movimento que diz: "*o princípio para reorganizarmos a agricultura brasileira deve estar baseado na cooperação...*". E comenta: "a noção de 'cooperação agrícola' é explicitada como processo em construção e que depende, para ser assumida pelos assentados, do estágio de consciência de cada um...". Mais adiante diz: "O trabalho familiar, na pequena propriedade tradicional, em vista da produção de alto consumo é considerado pelo MST como um estágio, que deveria evoluir para formas associativas, porque ele impede ou dificulta o acesso à inovação tecnológica e de modernização da agricultura, tornando inviável a pequena propriedade e fazendo com que o assentado, muitas vezes, venha a desistir do lote, ou se obrigue a buscar outras formas de renda for a dele."

Nessa questão específica, a pesquisadora faz a seguinte avaliação: "optar por um ou outro modelo é uma decisão pessoal e da família, que poderia significar também a definição de um projeto político individual e autônomo". Afirmando que as famílias estão livres de fazer suas próprias escolhas no MST, continua dizendo: "a decisão depende do grau de consciência social e política do grupo, adquirido na sua trajetória e experiência vivida, mas esse é influenciado tanto pelo trabalho político organizativo desenvolvido pelo MST, qualquer que seja o modelo escolhido, como pelo trabalho aparentemente neutro desenvolvido pelo INCRA ou pelo Estado, através da assistência técnica", além de outras influências que também assinala.

Por outro lado, encarando o fato de que famílias não tem suportando ou concordando com formas de organização coletivas que foram se constituindo no assentamento de Promissão, buscar identificar algumas razões disso nas falas de mulheres e de homens. M. da Graça e M. Inês, duas das mulheres sem-terra que decidiram se retirar da cooperativa, relatam da seguinte maneira a questão. M. da Graça diz:

"...tava tudo caminhando, depois simplesmente deu uma viravolta, a coisa começou a descambar, não deu certo, a cabeça da gente ficou muito confusa."

Sobre essas dificuldades Maria Inês se refere assim:

"...cada pessoa que sai inventa uma coisa...a coisa que eu saí mesmo, foi que eu desanimei com o projeto, qual seria o outro motivo? Se eu tivesse animada com ele, eu estaria lá, não teria motivo para não estar. Eu ia achar que tudo aquilo ia

vencer e poderia estar, né. E no entanto, eu achei...em vez das dificuldades da minha cabeça ir diminuindo, elas foram aumentando."

Enquanto mostra os problemas vividos por essas mulheres, traz outras falas que afirmam que as decisões que vão sendo tomadas dependem "do grau de consciência social e política do grupo, adquirido na sua trajetória e experiência vivida". Nessa direção, Pavan nos dá a oportunidade de refletir mais profundamente sobre os elementos que estão implicados no processo de interlocução entre pesquisador e entrevistados e nas trocas que os próprios membros do movimento fazem entre si. Essas falas não estariam mais moldadas por uma perspectiva militante específica, que avalia adesões e resistências a propostas com base no grau de consciência do grupo? Acreditamos que a consciência política, que se reforça na própria experiência vivida, é um elemento importante. Mas há muitos elementos em jogo no desenvolvimento da consciência política e quase sempre tendemos a refletir em torno dos mais hegemônicos e dos mais visíveis. Mais do que falar em grau de consciência, não seria também proveitoso avaliarmos de que modo elementos da cultura permeiam o processo de constituição da consciência desses trabalhadores rurais em movimento (constituindo-se como sem-terra), funcionando como resíduos que querem preservar no que cada um considera como modo de bem viver e qualidade de vida? Não seria proveitoso sondar melhor os modos como a consciência social e política desses trabalhadores vai sendo forjada e o que está em jogo nas tensões entre eles, em lugar de atribuir a responsabilidade de suas decisões ao grau dessa consciência a que chegaram?

Se adotamos uma perspectiva de levar em conta as expectativas e os pontos de vista dos sujeitos implicados nesse processo, medindo forças e disputando espaços sociais, vemos nesse estudo significativas aberturas para essa reflexão. Tomar as falas dessas mulheres no seu sentido político, como propõe Pavan, não seria explorar ainda mais o significado do que dizem, ao se referirem aos novos problemas com que se deparam no assentamento, comparando-as com as formas como documentos enunciam propostas de organização do trabalho, da vida social, da participação política, etc.?

Pavan avalia que, diante das dificuldades vividas no assentamento, algumas optam por voltar ao mundo doméstico, por reassumirem o papel tradicional da mulher camponesa, de dona-de-casa e declaram-se frustradas com o que chamam de "projeto político" da vida na terra conquistada.

Pensamos, no entanto, que a situação é bem mais complexa do que se nos apresenta. Essas mulheres, já não são mais as mesmas, em relação ao tempo anterior à experiência no MST. Portanto não acreditamos que seja uma simples volta ao lar. Pavan, ela mesma, confirma essa nossa constatação ao dizer: "a decisão de se desligarem da COPAJOTA, para as mulheres, não significa automaticamente afastamento do MST, com o qual se identificam como movimento pela reforma agrária. Nesse sentido (diz ela) a maioria ainda é defensora de um projeto político mais amplo, proposto pelo Movimento. Mesmo quando decidem não continuar com o projeto da cooperativa, querem continuar contribuindo com o movimento." Que significado isso assume dentro do movimento? Em que medida e como essas questões são levadas em conta?

Consideramos que algumas respostas para essa questão poderão vir de uma exploração maior das narrativas e de novos investimentos na pesquisa e nas interlocuções com esses e outros membros do Movimento.

As narrativas dessas mulheres já revelam que elas não são e não se sentem mais como antes; a experiência vivida as faz se sentirem, agora, protagonistas de uma nova vida diferente no campo, ainda que algumas (assim como alguns homens) não se adaptem, ou não estejam de acordo com as formas de organização propostas e com os encaminhamentos dados ao Movimento.

A forma como Maria Inês interpreta e elabora os problemas do assentamento e sua posição em relação a eles merece ser explorada. Explicando as dificuldades em relação à produção e os benefícios, ela diz:

"Depois a gente teve uma dificuldade, que era como (...) aqueles bens, embora poucos, mas que ia começando adquirir, como que cada pessoa ia garantir esse

bem...Achamos que ajudamos no projeto enquanto estava lá [na Cooperativa]. Mas depois, com o dia-a-dia, você vai vendo que tudo tem seu preço. E a gente começa a estranhar. Enquanto você participa de uma coisa que não mexe muito com sua vida, você fala: ah! Eu sou isso, eu sou socialista! Mas, depois que você vai passando pra a prática mesmo, você vai ver o que você é. E aí, eu mesma acabei descobrindo que eu não era socialista. Que eu pensava que conhecia o socialismo, mas eu não conhecia. E quando eu comecei conhecer, eu achei que não servia mais. Aí, entrei num estado de depressão tão grande..."

Esta não parece a fala de uma mulher que não tenha consciência dos problemas vividos pelo trabalhador rural, do movimento e por ela própria. No enredo que constrói sobre sua própria experiência e sobre a de outros sem-terra poderemos encontrar elementos significativos para melhor compreender e avaliar o lugar e as escolhas dessas mulheres sem-terra. Nessa investida pensamos valer a pena levar em consideração como movimentos organizados, tais como CEBs, CPT, MST, sindicatos e centrais sindicais, partidos políticos vem interpretando a realidade do campo e dos trabalhadores rurais, assim como suas propostas de luta. Vale a pena observar em discursos falados e escritos, em cursos de formação, e em outras práticas desses movimentos e organizações referenciais ou paradigmas que orientam e conformam suas propostas de organização e de luta e como muitas delas são lidas e apropriadas pelos próprios trabalhadores que se engajam nessas lutas.

A fala de Maria Inês nos convida à reflexão, na medida em que deixa vislumbrar como que uma sensação de culpa por não ser capaz de viver o socialismo. A que forma ou imagem de socialismo se refere? De que maneira, e sob que orientações, foi se apropriando e elaborando uma idéia de construção do socialismo no campo? Em que seu modo de vida forjado na experiência de agricultura familiar, digamos assim, esbarra em questões emergentes nessa nova experiência? Uma proposta de construção mais democrática de socialismo, neste caso específico referido aos sem-terra, não suporia estar enfrentando de maneira mais aberta as problemáticas que vão emergindo no dia-a-dia e isto não suporia, também, deter-se com mais cuidado e maior insistência, na interlocução, sobre os modos como seus membros vão interpretando o Movimento, por mais exóticos que possam parecer à primeira vista?

Temos notado trabalhos sobre a temática que incorporam noções como as citadas anteriormente, e outras ainda, sem trabalhá-las suficientemente nos significados que assumem não só para os trabalhadores que vão, aos poucos, se engajando como sem terra, como para as lideranças militantes e, sobretudo para intelectuais, militantes ou não, que se propõem refletir sobre problemáticas e rumos do Movimento.

Uma história que nos desafia a compreender e incorporar a alteridade, se realmente nos dispomos a um exercício mais democrático dessa área profissional, uma história oral, que nos põe frente a esses trabalhadores, oferecendo pistas para apreendermos sentidos e significados profundos na construção de sua experiência e de suas narrativas, estimulam-nos a avançar nas reflexões sobre as implicações metodológicas nas pesquisas cuja perspectiva se orienta pela noção de que os sujeitos estão presentes na sua própria formação histórica. Se assim o é, que espaços temos aberto para as interpretações dos trabalhadores nas reflexões mais sistemáticas sobre o fazer-se dos próprios trabalhadores e de seus movimentos?